

UNIVERSIDADE TIRADENTES

ADRIANO VIEIRA DA SILVA
DELMAN DA SILVA CABRAL
SIMONE NASCIMENTO BEZERRA

MOVIMENTOS SOCIAIS NA CIDADE DE GARARU/SE A
HISTÓRIA DO MOVIMENTO SEM-TERRA – MST:
ANÁLISE DA ATUAL CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA
NAS LUTAS SOCIAIS

PROPRIÁ/SE

2012

ADRIANO VIEIRA DA SILVA
DELMAN DA SILVA CABRAL
SIMONE NASCIMENTO BEZERRA

MOVIMENTOS SOCIAIS NA CIDADE DE GARARU/SE A
HISTÓRIA DO MOVIMENTO SEM-TERRA – MST:
ANÁLISE DA ATUAL CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA
NAS LUTAS SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade
Tiradentes como um dos pré-
requisitos para obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.

PROPRIÁ/SE

2012

ADRIANO VIEIRA DA SILVA
DELMAN DA SILVA CABRAL
SIMONE NASCIMENTO BEZERRA

MOVIMENTOS SOCIAIS NA CIDADE DE GARARU/SE A
HISTÓRIA DO MOVIMENTO SEM-TERRA – MST:
ANÁLISE DA ATUAL CONJUNTURA SÓCIO-POLÍTICA
NAS LUTAS SOCIAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade
Tiradentes – UNIT, como requisito parcial para
obtenção do grau Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____/_____/_____

Banca Examinadora

Prof^a Msc. Ana Caroline Trindade dos Santos
Orientadora

Prof^a Esp. Maria da Conceição S. Mendonça
Examinadora

Prof^a Msc. Patrícia Silva Santos
Examinadora

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar o atual contexto de mobilização dos movimentos sociais rurais, em especial do MST na cidade de Gararu/Se. Verificar a trajetória política dos movimentos sociais Urbanos e Rurais em Sergipe, especificamente na cidade de Gararu e no Brasil; Analisar a atual conjuntura sócio-política dos movimentos sociais nas lutas sociais, bem como identificar projetos de reforma agrária já efetivada no Estado e no Brasil. Este trabalho busca também analisar e explicitar a dinâmica de criação e a funcionalidade dos movimentos sociais urbanos e rurais, com foco no movimento social Sem-Terra, compreendendo seus objetivos e ideologias formadoras, assim como busca conceituá-los e percebê-los enquanto movimentos transformadores do tecido social, que cotidianamente com estratégias próprias lida diretamente com os enfrentamentos das desigualdades geradoras no bojo da dinâmica capitalista, que se recria continuamente, gerando distorções e excludências sociais, problema maior, que também participa da gênese dos movimentos sociais. Conhecer profundamente as questões estruturantes que moldou as lutas camponesas, urbanas e feministas, é crucial para se conceber um aprofundamento nos temas referentes aos movimentos sociais. Essa pesquisa proporcionou conhecer como se processam as atividades organizativas e funcionais dos acampamentos e assentamentos rurais, revelando, como acontece a inclusão da família assentada e da sua preparação para assumir de forma definitiva a produção na terra conquistada. Evidenciou-se a materialização da produção voltada ao cooperativismo e a socialização dos resultados, com um olhar fixo no respeito e preservação do ecossistema local, trazendo benefícios a toda a comunidade. Nesse contexto de lutas o profissional do Serviço Social insere-se e media as intervenções do Estado, para levar condições de melhoria na qualidade de vida dos assentados, atendendo ou buscando no seu aparato profissional, condições de efetivar as políticas públicas voltadas a atender demandas sociais históricas no campo e nos centros urbanos. Para melhor efetivação desse

estudo nos pautamos metodologicamente numa pesquisa bibliográfica, qualitativa, fundamentada numa revisão crítica da bibliografia especializada, o que nos possibilitou uma maior amplitude e proximidade com o tema proposto, objetivando torna-lo explícita e possível de definir hipóteses. O método dialético focou os fundamentos sociológicos, filosóficos, políticos e econômicos para melhor enfatizar e aprender os elementos constitutivos e determinantes para Explicar à temática. Esse estudo serviu para favorecer a produção de novos estudos e aprofundamentos acerca da importância da mobilização para as lutas sociais e a contribuição para o Serviço Social, facilitando a reflexão e a análise, propondo um olhar científico para o entendimento das questões norteadoras que fundamentam as lutas dos movimentos sociais, sejam eles urbanos ou rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social; Reforma Agrária; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

ABSTRACT

This Labor Completion of course is to analyze the current context of mobilization of rural social movements, especially the MST in the city of Gararu / If. Check the policy trajectory of social movements in Urban and Rural Sergipe, specifically in the city of Gararu and Brazil; analyze the current socio-political situation of social movements in social struggles, as well as identifying land reform projects already carried out in the State and in Brazil . This study also seeks to analyze and explain the dynamics of creation and functionality of urban and rural social movements, focusing on social movement Landless, comprising forming their goals and ideologies, as well as search conceptualize them and perceive them as movements transformers social fabric, which routinely deals directly with their own strategies with the clashes generating inequalities in the midst of capitalist dynamics that continually recreates itself, generating distortions and social excludências, bigger problem, which also participates in the genesis of social movements. Knowing deep structural issues that shaped peasant struggles, and urban feminists, it is crucial to design an in depth topics related to social movements. This research helps to know how to process the organizational and functional activities of the camps and rural settlements, revealing, as the inclusion of the family setting and their readiness to assume a definitive production in the conquered land. It was evident the materialization of production focused on cooperative and socialization of results, with a stare respect and preservation of the local ecosystem, bringing benefits to the entire community. In this context of the professional struggles of Social Media falls and state interventions, to bring conditions to improve the quality of life of the settlers, serving or seeking professional in his apparatus, conditions for effective public policies aimed to meet social demands history in the field and in urban centers. For better effectiveness in this study methodologically We base a literature search, qualitative, based on a critical review of the relevant literature, which

enabled us to a greater extent and proximity to the proposed theme, aiming explicitly and makes it possible to define hypotheses. The dialectical method focused on the fundamentals sociological, philosophical, political and economic and learn to better emphasize the constituent elements and determinants to explain the theme. This study served to encourage the production of new studies and insights about the importance of mobilization for social struggles and contribution to social work, facilitating reflection and analysis, proposing a scientific eye to understanding the guiding questions that underlie the movements' struggles social, be they urban or rural.

KEYWORDS: Social Movement, Agrarian Reform; Movement of Landless Rural Workers.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAB - Comissão dos Atingidos por Barragens

CF – Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CONTAG- Confederação nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

FMI – Fundo Monetário Internacional

LC – Ligas Camponesas

MAR - Movimento de Arrendatários Rurais, Santa Fé do Sul

MAR - Movimentos dos Assentamentos Rurais

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MI - Movimento Indígena

MIT - Movimento de Invasões de Terras na Fazenda Itupu

MMC - Movimento de Mulheres no Campo

MP - Movimento Paraná-panema

MPZR - Movimentos Populares da Zona Rural

MST – Movimento Sem-Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

NMS – Novos Movimentos Sociais

ONGs – Organizações Não Governamentais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ANÁLISE TEÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	13
2.1. A discussão dos movimentos sociais na atual Conjuntura.....	13
2.2. Os Novos Movimentos Sociais	24
2.3 Movimentos Sociais Urbanos.....	27
2.4 Movimentos Sociais Rurais.....	33
2.4.1 Movimentos Sociais Rurais Feministas.....	40
3. ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST E DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS – MPA.....	42
3.1. Organização do Movimento	42
3.2. A Luta Pela Terra e suas conquistas	46
4. O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE GARARU-SE	53
4.1 Questão Agrária em Sergipe	53
4.2 Histórico do MST em Gararu.....	55
5. CONCLUSÕES	60
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64

1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar e apreender os movimentos sociais, num recorte da luta agrária, seus objetivos, suas origens, refletindo acerca da sua funcionalidade, ideologias e propostas para a transformação da sociedade fugindo a exclusão social e desigualdades geradas no bojo da dinâmica capitalista.

Ainda, nesse trabalho, objetivamos identificar conquistas construídas nas lutas dos movimentos sociais rurais, urbanos e feministas explicitando-os para promover uma fácil reflexão, tendo como fundamentação o referencial crítico e dialético acerca da dinâmica capitalista de exclusão social, alimentada pela forma concorrencial materialista de buscar a felicidade, sem importar-se com a subjetividade inerente ao ser humano. Esse estudo favorecerá a produção de discussão fundamentada na necessidade de aprofundamento da temática, aumentando as possibilidades de compreensão e interpretação dos contextos originários dos movimentos sociais na sociedade. Por conseguinte servirá para reforçar a importância do tema e da produção de outros estudos, gerando um volume maior de ações numa visão reflexiva articulada entre pesquisa e intervenção no Serviço Social.

Compreender os fenômenos contemporâneos que transformam a dinâmica da sociedade ou influenciam modificações nos padrões, conceitos e atitudes é uma obrigatoriedade inserida nos propósitos de pesquisadores, acadêmicos, filósofos, sociólogos, pois, de posse da compreensão desses fenômenos poderá refletir e compreender os elementos constitutivos e determinantes da realidade que integram o cotidiano vivido pela sociedade capitalista.

O conceito, a percepção e o julgamento ético e moral sobre os movimentos sociais, mudaram e evoluíram baseando-se nas modificações dos padrões das lutas e objetivos que tendenciaram a aumentar, a difundir-se pela sociedade, causando serias mudanças contextualizadas nas famílias, na sociedade, no trabalho, com modificações radicais que desestruturaram as normas institucionalizadas, para garantir qualidade de vida aos seus componentes, que comunitariamente buscam pertencer a esses movimentos.

Esse estudo deteve-se metodologicamente numa “pesquisa exploratória”, pois esse tipo de pesquisa nos proporciona maior proximidade com o tema, visando torná-lo explícito ou definir hipóteses. Procura aprimorar ideias ou descobrir instruções e nos permite também um planejamento flexível. (GIL, 1996). Para maior amplitude e fundamentação a pesquisa bibliográfica foi à escolhida, pautada num método dialético, pois, nos permitiu analisar e refletir sobre o tema proposto, levando em consideração os fundamentos sociológicos, filosóficos e econômicos, para melhor apreensão dos movimentos sociais, suas possíveis atuações na esfera da defesa e reivindicação dos direitos sociais.

Este estudo se justifica quando demonstra sua relevância para o profissional do serviço social e para acadêmicos e interessados para melhor entendimento sobre o papel e a importância dos movimentos sociais, a partir do momento em que objetiva estudar os movimentos sociais na atualidade, buscando melhor compreender os elementos constitutivos e determinantes da temática, favorecendo a produção de novos conhecimentos, com toda atenção teórico-metodológicos que são necessários para melhor fundamentar a reflexão e a análise, utilizando-se enquanto espaço de socialização do conhecimento científico que não pode e nem deve se omitir dessa análise e reflexão.

O trabalho ora apresentado encontra-se disposto da seguinte forma: no primeiro capítulo introduziremos o tema explicitando e fazendo uma análise dos movimentos sociais

no Brasil, sua conjuntura política, a interação dos movimentos sociais com o serviço social, explicitaremos também, os movimentos sociais urbanos, as estratégias dos movimentos sociais e os movimentos sociais rurais; No segundo capítulo, abordaremos o movimento social feminista, lutas e conquistas, luta das militantes nos diversos movimentos sociais e os espaços sócio-ocupacionais das feministas; no terceiro capítulo traçaremos um panorama histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, suas lutas e conquistas, organização e participação política. Em seguida faremos as nossas considerações finais, salientando a importância dos movimentos sociais para a organização da sociedade, fomentamos a ideologia e participação popular nas questões sociais. Salientamos também, a importância do profissional como mediador nesses contextos de lutas e desigualdades, onde pode sair do campo teoricista para o campo real e pratico desse enfrentamento.

2 - ANÁLISE TEÓRICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A temática dos movimentos sociais inicia-se no Brasil, desde as primeiras participações populares que buscavam protestar e reivindicar, mudanças na conjuntura, que nos variados momentos da história, oprimia diversas comunidades ou grupos humanos, de diversos tamanhos e objetivos. As lutas não se arrefeceram com o passar do tempo, somente expuseram novas desigualdades e em certos momentos a fragilidade operacional dessas lutas. As alterações que foram promovidas nos campos político, social e econômico, modificaram também, as concepções ideológicas que fomentaram o surgimento ou renascimento de novas lutas e movimentos sociais que buscam a construção de um novo tipo de sociedade, igualitária e justa.

2.1 - A DISCUSSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUAL CONJUNTURA

A sociedade moderna passou por vários estágios evolutivos, onde as semelhanças humanas necessitam adaptar-se para melhorar compreender essas fases de evolução e suas estruturas. Até mesmo explicado por Marx e os teóricos contemporâneos que seguiram a sua linha histórica do comportamento social e complexidade dessas estruturas, são totalmente desiguais quando, fundamentam um modelo econômico próprio com suas facetas e incoerências, motivadas por essa constante busca de adaptação ao modelo em vigor.

A classe trabalhadora engloba esses movimentos encabeçando uma formulação própria de enfrentamento dos dilemas das classes dominantes, que forçosamente impunham um modelo social onde o proletariado, grande maioria dessa estrutura, por consequência do

modelo econômico, não possui os meios de produção e conseqüentemente, não consegue impor suas ideias, nem suas aspirações daí a importância dos movimentos sociais.

Nas mais variadas espécies animais, encontramos formas de comportamentos e relacionamentos que nos fazem pensar na existência de regularidade que ordenam sua vida em grupo- os animais se agrupam, convivem, competem, acasalam, sobrevivem e se reproduzem de forma mais ou menos ordenada, em função de suas características e do ambiente em que vivem. (BAUMAN. 1925)

A preservação das espécies animais e seu aprimoramento parecem ser o objetivo dos hábitos de vida, convivência e sociabilidade. Assim, os animais desenvolvem estilos próprios de comportamentos que lhes permitem a reprodução e a sobrevivência. Estabelecem para isso, modelos de comportamentos complexos com sistema de acasalamento, alojamento, migração, defesa e alimentação. (BAUMAN. 1925)

O homem, como uma dentre as várias espécies animais existentes, também desenvolvem processos de convivência, reprodução, acasalamento e defesa. Desse modo apresenta uma série de atitudes instintivas, isto é, ações e reações que se desenvolvem de forma espontânea, dispensando o aprendizado, como respirar, engatinhar, alimentar-se proveniente de sua abordagem genética, o homem demonstra também ser capaz de se sentir medo, prazer ou frio e de estabelecer relações de amizade, parentesco e de vida em comunidade. Porém, quer por dificuldades importar pelo ambiente, quer por particularidade da própria espécie, o homem também desenvolvem habilidades e comportamentos que dependem de aprendizagem em comunidade. (GOHN. 2011)

O homem, portanto, distingue-se das demais espécies existentes porque grande parte de seu comportamento se desenvolve naturalmente em sua relação com o mundo, com

os movimentos sociais. Ele é um animal que necessita de aprendizado no grupo social onde se encontra inserido para adquirir a maior parte de suas formas comportamentais e buscar individualmente, a busca por essa identidade é incessante.

O anseio por identidade vem do desejo de segurança ele próprio tem sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonição vagas de uma experiência ainda não vivenciada. Flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, nem-um-nem-outro, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade (BAUMAN, 1925, p. 35).

Nessa busca por identidade o homem desde cedo necessita se transforma, pois terá que passar por várias etapas de crescimento, até ser capaz de agir, viver e se reproduzir como tal, será necessário um longo aprendizado em que as gerações mais velhas da comunidade transmitem as mais novas experiências e conhecimentos. Essa característica da humanidade converte comunitariamente, dependem, entretanto, da nossa capacidade de criar sistemas de símbolos que constituem as linguagens, por meio das quais, formas capazes de nos comunicar, transmitindo aos outros o legado de nossa experiência de vida, compartilhando os sentidos que a ela atribuímos.

Dessa forma, o homem, transmite suas experiências e visões do mundo aos membros do movimento social que o insere, utilizando a comunidade estabelecendo uma íntima identidade entre linguagem, experiência e realidade, que é à base do imaginário e do conhecimento humano.

Esses motivos que movem o homem para a vida em sociedade e movimentos sociais estão intimamente ligados por laços afetivos, que motivadas pela proximidade ou intimidade, permite vínculos duradouros e produtivos com forte caráter solidário que costumam caracterizar os movimentos sociais em nítida que são os limites territoriais do

movimento social, onde começa o seu espaço, onde termina; pequenos movimentos sociais limitam-se a um ou vários movimentos sociais. O seu tamanho enquanto grupo humano; homogêneo, pois vários comportamentos, regras e costumes, são parecidos para todos ou iguais aos dos seus antecessores e precedentes. (GOHN. 2011)

Para o termo movimento social muito usado na atualidade, define pequenos agregados humanos, que generaliza todo tipo de grupo, que ainda em termos gerais possuem três pontos coincidentes quando à definição, são eles: a partilha de um espaço físico, as relações e laços comuns e a interação social. (GOHN. 2011)

Nos movimentos sociais se faz necessário que seus membros partilhem dos mesmos interesses de forma consciente, proporcionando uma sensação de excitação e acolhimento, realçando e incentivando a capacidade dos indivíduos e se isso não ocorrer às relações de vizinhança serão utilizadas nas resoluções dos conflitos existentes.

No início dos anos 80 a caracterização dos movimentos sociais era tarefa cheia de significados e posicionamentos conceituais e ideológicos, fato que dificultava exemplificá-las como movimentos de luta social, voltada para especificamente como categoria ou classe. Os movimentos eram nessa época ligados intimamente com correntes religiosas que fundamentavam a Teologia da Libertação, que tinha no Frei Leonardo Boff seu propagador. As primeiras associações e movimentos tinham suas lutas voltadas a proteção e busca de direitos de comunidades distintas, que somente diferenciavam-se nos aspectos organizacionais e ideológicos, partindo de ideias políticas sociais e liberatórias, vinculadas a prática socialista diferenciadas dos contextos externos do país. (GOHN. 2009)

Os cenários políticos brasileiro e mundial foram responsáveis nas grandes alterações organizacionais e ideológicas sofridas pelos movimentos nesse período. As lutas

travadas pelos movimentos sociais nesse período eram ligadas a objetivos populares, com forte articulação aos movimentos feministas que lutavam por direitos, igualdade e creches. (GOHN. 2003)

As lutas e o funcionamento dos movimentos sociais a partir dos anos 80 visavam construir alternativas para concretizar direitos sociais negados a grandes maiorias da população, numa visão de classes e categoria, buscava também efetivar e manter conquistas específicas tais como: acesso à comida, abrigo, emprego, todos ligados à sobrevivência da maioria população que já sentia as desigualdades geradas pelo capitalismo, (GOHN, 2003).

Nos primeiros anos da década de 80, novos movimentos sociais despontaram como possíveis soluções, para problemas trazidos pelo capitalismo e sua concorrência dinâmica mercadológica, que sofria influência dos mercados externos que exigiam austeridade nas medidas sócio-econômicas, e sanções para uma competitividade sem ética no mercado globalizante. Esses movimentos sociais eram especificamente voltados a resolução de problemas como o desemprego, diretas já, que originaram-se dentro das mudanças sócio-políticas e da moralidade na vida pública dos nossos representantes no Congresso e no Senado. Também nesse período originou-se de maneira mais organizada e com base em teorias marxistas a noção de sem-terra, latifúndios improdutivos e lutas pela reforma agrária. (FELICIANO. 2006).

Em 1980, foram formados Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins (Geat) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (Gebam), com a finalidade de ocupar os “espaços vazios” e, nesse sentido reprimir o crescimento de forças políticas na luta pelo acesso a terra e confiscar o poder das oligarquias regionais, poder local dos “coronéis”, excluídos da política econômica e fundiária. (FELICIANO. 2006, P. 37)

No mesmo período esses movimentos que ascenderam da forte cobrança popular por mudanças em variados campos e contextos sócio-políticos, sofreram

também com uma opinião pública negativa que não aceitavam essas formas de protestos e o envolvimento das classes envolvidas e interessadas foram diminuindo e perdendo credibilidade e objetividade frente às lutas. (FELICIANO. 2006)

Os movimentos sociais desestimularam-se frente às novas adversidades dos contextos políticos e socioeconômicos que influenciados por contextos externos se modificaram constantemente, levando a novas práticas associativas institucionalizadas, como sindicatos e cooperativas de diversificadas categorias que fugiam as lutas populares, centrando seus posicionamentos muito mais direcionados a classe, dando grande impulso nas indicativas do governo em repassar para a sociedade suas responsabilidades sociais. (GOHN. 2003)

As mudanças sofridas pelos movimentos sociais nos anos 80 contextualizaram a falta de mobilização popular que era explícita nos anos 70, e todo o voluntarismo existente, viu-se aos poucos diminuindo e enfraquecendo toda iniciativa de luta por melhores condições de vida, direitos e cidadania. (FELICIANO. 2006)

Do ponto de vista da produção de conhecimento sobre os movimentos sociais, o “novo” deste último período deve ser visto numa dupla dimensão: como construtor de espaços de cidadania nas novas leis que se estabeleceram no país, e na reviravolta teórica que passa a ocorrer no plano das análises. Na primeira, o exemplo maior é dado pela nova Constituição brasileira, em especial o capítulo sobre os novos Direitos Sociais. (GOHN. 2003, p. 29)

Com o advento da Constituição cidadã de 1988 as lutas sociais resumiram-se de princípio em lutas concretas pela cobrança de direitos explicitados na Constituição, muito mais gerais e menos pontuais, específicos e com abrangência a quase toda a sociedade.

Nos anos 90 os movimentos sociais buscavam cada vez mais identificar-se com as lutas populares, fato que não acontecia na sua funcionalidade e na prática, que se desmotivava

explicitamente, com auxílios contínuos de uma publicidade negativa que enchiam as televisões em horários muito assistidos. Novos contextos políticos e sociais, reforçados por lutas externas em todo o mundo dificultavam ainda mais os propósitos e a regimentação de pessoal para voluntariamente comprometerem-se com as lutas, e as dimensões dos objetivos, (GOHN, 2011).

As lutas dominantes mudam suas estratégias de enfrentamento de minorias desorganizadas que buscam direitos e cidadania. Gohn (2003) reforma essa ideia dizendo que:

... mas junto com os novos canais estruturam-se também movimentos sociais que defendem demandas particularistas e estão voltados para atuarem como co-participes das ações estatais. Como os conflitos sociais, via de regra, não são mais resolvidos pelo uso da força, mas nas mesas das negociações, pautadas por mecanismos peridicionais de controle as elites políticas estimularam o surgimento de movimentos sociais a seu favor, não voltados contra o Estado, mas expressões de seus interesses e das práticas que buscam implementar. (GOHN. 2003, p. 31)

São muitos os movimentos sociais surgidos nesse período, alguns com forte propósito de depender do Estado, ou de aceitar a política social imposta pelo sistema.

Os movimentos que existiam nos anos 90 perderam grandes influências dos movimentos oriundos da Igreja católica, tanto nos contextos estruturais quanto ideológicos, pois, com base na Teologia da libertação, tais movimentos sociais foram caracterizando-se enquanto movimentos conservadores.

Completando o cenário dos anos 90 o surgimento de movimentos sociais dos anos 80. Os novos dos anos 90 centram-se mais em questões éticas ou de revalorização da vida humana. A violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e de corporativismos, os escândalos na vida política nacional etc. levaram a reações no plano da moral. (GOHN. 2003, p. 33,34)

Nesse momento crucial da política social no país, os anos 90 foram berços de movimentos, que nasceram, tanto como base, figuras importantes do cenário nacional, em diversas áreas de ação. No plano moral os movimentos exigiam posicionamentos mais éticos dos políticos e das instituições, tais como: Senado Federal, Câmara dos Deputados, o Executivo e o Judiciário.

O Estado motivava a criação de instituições voltadas ao social, para minimizar efeitos de sua política neoliberal capitalista, que tendenciava cada vez mais delegar suas responsabilidades sociais, para a sociedade. Nessa década o aumento de registro de ONGs no país explicitava o forte apelo governamental para essa iniciativa. Segundo a afirmativa de Gohn (2003):

A promoção do setor informal autoriza, em parte, a retirada do próprio Estado da esfera social. Invertem-se as relações, pois o informal é apresentado como plataforma para a retomada do crescimento econômico, assim como estratégia de desenvolvimento das capacidades humanas, desde que as ações a ele destinadas tenham como objetivo a elevação de sua produtividade. As políticas para o setor informal tentam remediar a perda da legitimidade do estado, pois este, ao normatizar sobre aquele setor, faz com que situações informais de trabalho, ou da habitação, sejam redefinidas e não mais percebidas como excludentes e negadoras dos direitos de cidadania (GOHN, 2003, p. 35).

O Estado modifica-se para adequar-se as novas propostas do neoliberalismo e as questões sociais. Envolvidos numa fumaça marginalizadora, o setor informal não consegue agrupar-se ou contextualizar lutas por melhorias sempre que se faz necessário, ou a tempo de construir defesas e objetivas, que representem mesmo momentaneamente a coletividade. É também visível à completa dependência do setor informal ao setor formal, fato que proporciona a falta de criatividade para reação, nos momentos de enfrentamentos das questões e demandas sociais.

Analisando ainda os anos 90, observou-se nos movimentos sociais a perda gradativa do poder reivindicatório, muito utilizado nos anos 80, ora usavam lutas voltadas muito mais aos interesses das categorias, fato que transformaria para sempre as lutas sociais na contemporaneidade. As lutas nos campos ideológicos com forte penetração e influencia das teorias marxistas foram aos poucos se modificando, fato que auxiliou em muito a desestruturação política desses movimentos sociais. (GOHN, 2003)

Com uma maior participação nas estruturas políticas deliberativas externadas pelos conselhos, determinada pela Constituição de 1988, caso que na prática não se mostrou tão eficiente e com real poder deliberativo, as lutas sociais desses movimentos modificaram por completo o pensamento ideológico de seus integrantes. Dessas explicações de espaços participativos, (SANTOS, 2008, p. 39,40) comenta que:

“Os movimentos, provavelmente em reação da mensagem transmitida de superação das relações de exploração e de domínio do homem, passaram a ser vistos como portadores da utopia da transformação social. Entretanto, convém frisar sua origem fora da esfera produtiva e dos espaços tradicionais de mediação política, em lugares marcados por carências de todo tipo, relacionadas ao aprofundamento do Estado capitalista, a partir de um modelo fortemente concentrador de renda. Assim, em vez de pensarmos em novos sujeitos ou em nova identidade devemos examinar esses movimentos como parte do fenômeno de socialização da política, com a ampliação e novas formas e espaços de participação política”.

Os conselhos serviram também para que o Estado aceitasse a participação popular nas questões anteriormente deliberadas, exclusivamente por setores ligados diretamente ao governo. O fazer e o propor tornaram-se também mecanismos de enfrentamentos das desigualdades pela coletividade, popularizando ideias e opiniões voltadas ao bem comum. (GOHN. 2003)

As questões políticas nesses agir coletivo dos conselhos, modificaram as formas de lutas sociais, abrindo espaços para discussões e avaliações, voltadas a melhoria dessa

participação popular, em variadas questões da sociedade, para a melhoria da qualidade de vida dos envolvidos e de todo o coletivo.

É fato para muitos autores e estudiosos dos movimentos sociais, que os anos 90 proporcionaram uma maior capacidade participativa da população, porém instalou uma crise estrutural em quase todos os movimentos, gerando uma desmotivação e a incapacidade de mobilização rápida e eficiente no enfrentamento das questões apresentadas cotidianamente, motivados por multifacetados fatores, na sociedade. (GOHN. 2003)

As mudanças ocorridas no campo econômico em todo o mundo modificaram também as ideologias que foram aperfeiçoadas para uma melhor adaptação as questões urgentes do capitalismo e da globalização, levando os movimentos sociais a mudanças estruturantes de seus objetivos, finalidade e métodos de aglutinar pessoas e coordenar lutas por melhorias distintas na sociedade. (GOHN. 2003)

Nas afirmações de Strazzacapa e Montanari (1998) está claro o fato de que os hábitos dos seres humanos mudaram radicalmente nesses últimos anos, sobretudo como consequência do processo de globalização. A tendência é termos comportamentos semelhantes em todo o mundo. Aquela ideia de nação, com costumes próprios e cultura própria, parece estar acabando. Hoje, independentemente do país, nos alimentamos de forma semelhante, nos vestimos e utilizamos linguagens semelhantes.

Para Ohmae (1999) a progressiva globalização dos mercados de bens de consumo é um processo que pode ser explicado pela exposição global às mesmas informações aos mesmos ícones culturais e as mesmas propagandas. Ainda, segundo ele, este processo é mais amplo e complexo atingindo outras dimensões mais fundamentais. Temos uma unificação das visões do mundo. Ohmae também ressalta, a nível cultural, o que ele chama de “caldo de

cultura”, o processo de confusão ou entrelaçamento de culturas, onde as diferenças são agora sutis e as semelhanças mesmo em lugares distantes, mais comuns.

Essas modificações transformaram as maneiras dos movimentos sociais buscarem reunir sobre uma mesma bandeira reivindicatória, pessoas para o enfrentamento das questões e resoluções, que essa dinâmica globalizadora gera na sociedade.

A grande questão que se coloca aos nos aproximarmos do processo denominado "globalização" reside no fato de sabermos ou não se colocados em uma balança, os benefícios são maiores ou menores que os malefícios. Para os autores Gohn (2003), Santos (2008), Feliciano (2006), dentre outros, a ideia de uma falácia, haja vista que temos homogeneidade em alguns aspectos; em outros, porém, nunca houve tanta disparidade como agora. A grande crítica feita a este processo reside no fato de ela não abranger a totalidade da população.

Na mesma ótica, Costa (2005) completa que, diferente do que se pensava, a globalização tem acentuado as disparidades, a partir do momento em que se percebe que, enquanto o desenvolvimento econômico e centralização econômica crescem nos centros hegemônicos, nos países periféricos as desigualdades sociais são gigantescas.

Nessa conjuntura atual, onde o fenômeno da globalização se estrutura com um maior vigor, as lutas sociais buscam minimizar os problemas das desigualdades, fomentando organizações, centrais e movimentos que criem condições de enfrentamento e forneçam respostas para os gritantes dilemas desse século.

Com este cenário de descrença nas políticas públicas brasileiras, os movimentos sociais vivem um momento de descrença nos objetivos e nas lutas e busca compreender as mudanças na dinâmica econômica social do país, que ficam mais evidentes nas classes

trabalhadoras e nos desempregados, deixando perplexa essa camada da sociedade, que busca alternativas para suas lutas. Como enfatiza bem Gohn (2011):

Entre as camadas populares os movimentos sociais ainda são uma incógnita quanto a seus desdobramentos e desenvolvimentos futuros. Certamente continuarão a ocorrer no cenário nacional, pois conforme caracterizamos anteriormente, sempre existiram. Mas na atual conjuntura, estão em crise e buscam novos rumos. Talvez espelhem uma crise que não é deles, mas de suas assessorias, à chamada crise de identidade, da não clareza dos rumos a seguir após a contestação das utopias em que se baseavam. A crise das incertezas e da falta de projetos políticos amplos, plurais, acrescentam-se os efeitos da crise econômica, que absorve a quase totalidade das atenções dos indivíduos em suas próprias condições de sobrevivência. (GOHN. 2011, P. 207)

A presença das desigualdades sociais, e da pobreza numa enorme parcela da população causada na sua maioria pelas políticas econômicas, incomoda e constrange por vários motivos: porque demonstra a ineficiência da administração do Estado, porque para crescer cada vez mais a quantidade de pessoas excluídas; porque se teme que essa população crescente se organiza em movimentos sociais e aja politicamente contra o sistema que os marginaliza; porque constitui um sintoma evidente da falácia de uma sociedade que se pressupõe orientada o bem comum (COSTA, 2005).

Nesta perspectiva as desigualdades sociais são geradoras de conflitos, onde, os valores morais, a violência, a criminalização também fazem parte desta conjuntura atual política impregnada pelo Estado.

2.2 - OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os chamados movimentos sociais da contemporaneidade surgem das novas teorias políticas e ideológicas baseadas, em novas reformações de lutas já existentes. Políticos criam plataformas sociais com base em movimentos que lutam por variadas frentes, urbanas e

rurais, buscando sempre auto-promoção. Dessas lutas surgem com força movimentos de classistas de trabalhadores. O trabalhador luta contra a exploração, reivindicando menor jornada de trabalho, melhores salários e participação nos lucros que se acumulam com a renda daquilo que produziu. A esta oposição e ao antagonismo derivados dos interesses inconciliáveis entre as classes que muito motivou a criação dos novos movimentos sociais. (GOHN. 2009)

Essa mesma autora reforça a ideia de que a globalização na atualidade esta intimamente ligada às lutas dos movimentos sociais, ressaltando que:

“A discussão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade insere-se num campo mais amplo, o da crise da modernidade e emergência de novas formas de racionalidades”. Há mais de dez anos o debate teórico nas ciências humanas tem dado destaque à crise do paradigma dominante da modernidade, às transformações societárias decorrentes da globalização, às alterações nos padrões das relações sociais, dado o avanço das novas tecnologias, e às inovações que têm levado ao reconhecimento de uma transição paradigmática (GOHN. 2009, p. 41)

Os novos movimentos sociais surgem principalmente na conjuntura política e social do século XX, onde a desigualdade social muito mais explicita, passa ser motivadora de confrontos ideológicos, onde a política social é pressionada a realização de mudanças, objetivando sua melhoria, educação universalização. (GOHN. 2009)

Segundo Montañó e Duriguetto (2010) que via possibilidades de uma luta classista passar a ser mais generalista, reivindicando para todas, conquistas e direitos que sozinhos não seriam capazes de obter. Essa multiformação ideológica enriqueceu em certos aspectos, os novos movimentos sociais, porém, auxiliou a dispersão militante e a desestruturação dos movimentos já existentes. Gohn (2009) enfatiza as mudanças no campo sociopolítico na América Latina e suas consequências para os novos movimentos sociais.

O novo milênio apresenta uma conjuntura social e política extremamente contraditória na América latina. Ao mesmo tempo em que vários movimentos sociais tiveram, em diversos países, mais condições de organização tanto interna como externa, dando o ambiente político reinante, em outros, eles perderam muito sua força política junto à população, em virtude da decepção e da não credibilidade em geral da sociedade civil para com os políticos, da composição da arena político-partidária e dos processos morosos de participação partidária. (GOHN. 2009, p. 59)

Essas vertentes biológicas e políticas que alicerçaram os novos movimentos sociais buscavam não mais, revoluções armadas e a busca pelo poder, mas, lutas sociais voltadas a resolução de problemas de problemas ligados a educação, cultura, direitos e qualidade de vida.

Com essa radicalização de posicionamentos, segundo Gohn (2011), os movimentos sociais da modernidade sofreram grandes mudanças, iniciadas no século XX.

Na segunda metade de década de 1990, ainda durante a primeira gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e parte do seu segundo mandato, novos ingredientes foram acrescentados, alterando ainda mais as dinâmicas dos movimentos sociais, em geral, e dos populares, em particular. Começo citando as crises econômicas internas em movimentos populares e ONGs cidadãos, que os levaram a repensar seus planos, planejamentos de ação, estratégias e formas de atuar. As avaliações e a elaboração de planejamentos estratégicos passaram a ser atividades comuns a bolsas de novos rumos. (GOHN. 2011, p. 219)

Essas mudanças estruturantes foram cruciais para o engajamento de militância nas novas lutas sociais, formuladas sobre essa conjuntura política, econômica e social, porém sentiu-se um grande afastamento de pessoas que engajavam-se espontaneamente às lutas, motivada por descrédito na conjuntura política e ideológica desses novos movimentos.

Nessa conjuntura exposta, os novos movimentos sociais posicionaram-se nas duas vertentes teóricas mais utilizadas, movimentos esquerdistas e movimentos da direita. Buscando, então, categorizar os projetos de sociedades anteriormente apresentados por esta lógica, que permite enxergar outras possibilidades além do que temos hoje, a direita privilegia

a liberdade, sobretudo o individualismo dos grupos sociais e movimentos. Tudo isto se desenrola de acordo com os dogmas do neoliberalismo e da noção de “menos Estados, melhor Estado”. Quanto à esquerda fica difícil negar que hoje ela não é o que era antes; no entanto, os de esquerda não somente buscou justiça social, mas também acreditou que o governo deve desempenhar um papel-chave na promoção dessa meta. Neste sentido, tanto o socialismo/comunismo quanto a social-democracia seriam projetos políticos de esquerda desses novos movimentos sociais (BOBBIO. 1995).

No próximo item abordaremos com maior profundidade os novos movimentos sociais urbanos.

2.3 - MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Os movimentos sociais urbanos requerem análises diferenciadas para uma maior amplitude de entendimento sobre seus objetivos e significados. Parte dessas abordagens as variadas ideologias que direcionam as ações desses grupos e movimentos, sendo o hibridismo uma constante na dinâmica da construção e alicerçamento das conjunturas socioeconômicas, nas quais encontram-se inseridos esses movimentos, como bem enfatiza Santos (2008):

Independentemente da filiação da argumentação apresentada, os movimentos sociais são frutos do desenvolvimento de uma sociedade complexa e contraditória, reproduzindo as características dessa sociedade. Por exemplo, no Brasil as práticas desse movimento receberam tanto influência do pensamento marxista ou materialista - histórico - incorporados nas análises elaboradas categorias como dialéticas, revolução e história - como sofreram as influências de sujeitos ligados à Igreja Católica, procurando realizar as ações baseadas nas culturas locais e nas relações interpessoais estabelecidas no cotidiano. (SANTOS. 2008, p. 27, 28).

A dinâmica dos movimentos sociais urbanos altera-se conforme as necessidades vão aparecendo para os grupos ou comunidades inseridas nos contextos cotidiano das cidades.

Ainda segundo Santos (2008), essas alterações e lutas nascem do conjunto das relações sociais criadas nas expectativas do grupo, sua cultura e suas necessidades.

Com base em Gohn (2009) os movimentos urbanos pertencem a uma nova fase dos movimentos sociais:

Nesta nova fase os movimentos buscam eixos próprios de orientação de suas demandas. Combinam-se uma pertença herdada como cor, etnia, sexo e etc, ou a resistência a dada regra, norma ou outro constrangimento sociocultural, político ou econômico, ou ainda a busca de distanciamento de certas situações ou circunstâncias com a luta para demarcar espaço na sociedade, nos diferentes campos da vida social. Luta-se por cotas nas universidades, espaço nos concursos públicos ou no mercado de trabalho em geral. Num mundo competitivo/excludente, isso agrega valor ao indivíduo (é importante lembrar que antes temos fases da agenda atual do movimento de afrodescendentes e de indígenas no Brasil). A ideia de sujeito postamente termos governa a ideia de “comunicação intercultural”, tema relevante que ele analisa e é fundamental para análise de novos conflitos no espaço urbano, a exemplos das recentes manifestações de imigrantes na França e nos Estados Unidos. (GOHN. 2009, p. 111, 112)

As lutas e os propósitos nos movimentos sociais urbanos existem numa pluralidade, fato que dificulta a unificação dos projetos, ou a identificação do sujeito. Nessa linha de pensamento segue também Santos (2008), quando reforça a ideia de hegemonia dos vários sujeitos envolvidos nos movimentos.

portanto, essa pluralidade de sujeitos que podem atuar hegemonicamente em função das mais diversas reivindicações relacionadas fundamentalmente a valores universais (culturais, éticos, cívicos, etc.), demonstra de modo inequívoco o caráter diverso, fragmentado e localizado desses movimentos reconhecidos como novos movimentos sociais. (SANTOS. 2008, p. 33)

No mundo, variados contextos servem aos propósitos dos movimentos sociais urbanos, pois, variadas são também as desigualdades sociais que cotidianamente exigem posicionamentos e encontros, que somente poderá minimizar impactos, se a reunião de variados segmentos da sociedade, criar condições de interferir nessa dinâmica excludente.

Essa fragmentação dos movimentos sociais urbanos dificulta a unificação das lutas e conseqüentemente, enfraquece o poder de blindagem contra ações e infiltrações do Estado, como enfatiza Santos (2008):

Assim, os participantes desses movimentos ficam expostos a todo tipo de interferência ou de manipulação. Pode participar de instituições que se estruturam por valores morais e mesmo privatistas (como as organizações do terceiro setor); ou de movimentos virtuosos na perspectiva na igualdade dos direitos da cidadania; ou de organizações perversas que atuam no mundo da violência ou da intolerância, como aquelas vinculadas ao racismo, ao fundamentalismo ou à xenofobia. (SANTOS. 2008, p. 35)

Novas bandeiras e objetivos são formuladas para que apareçam novos movimentos sociais urbanos. As temáticas principais habitam quase sempre nas problemáticas enfrentadas por comunidades periféricas dos grandes centros urbanos.

As lutas urbanas por qualidade de vida enfrentam por diversificados problemas para sua organização, desde a falta de estruturas e a continuidade e persistência desses movimentos, ainda segundo Santos (2008).

No Brasil, o crescimento dos movimentos sociais pós 1970 deve-se às relacionadas à sobrevivência imediata da população, como saúde pública, moradia, transporte coletivo urbano, saneamento básico, segurança pública e proteção aos “menores abandonados”, entre outros. Participam desses movimentos principalmente os segmentos da baixa renda; uma pequena parcela da classe média engaja-se nessas lutas, em geral para prestar assistência técnica e jurídica. (SANTOS. 2008, p.34)

Os indivíduos são movidos por diversos problemas sociais, contudo a sociedade não participa ativamente, nem pressiona substancialmente o Estado, para que promova reais mudanças nas demandas da desigualdade, ao contrário, promove perseguições e desarticulações aos membros integrantes, promovendo uma descaracterização desses

movimentos, e uma propaganda discriminatória, marginalizando movimentos populares e justos.

As lutas são modificadas e buscam caracterizar o desejo de grandes e pequenos grupos humanos, segundo Touraine (2005), p. 243: “as demandas dos novos movimentos sociais são diferentes dos que ocorriam nas sociedades industriais – quando havia ênfase dos trabalhadores nos direitos sociais -, e nas sociedades pré-industriais, quando as lutas foram por direitos políticos”.

Na sombra desses novos movimentos sociais urbanos, também proliferaram-se grupo realmente marginais que lutam por princípios racistas, homofóbicos formando gangs que espancam e perseguem negros, nordestinos e homossexuais pelo simples prazer da violência, colocando a sociedade em discussão para que decidam a autenticidade desses grupos e quais influências ou semelhanças aos movimentos sociais urbanos podem ser encontrados. (TOURAINÉ. 2005)

Nos centros das grandes cidades as desigualdades sociais são mais explicitadas, dando origem a diversos movimentos sociais, que buscam exteriorizar seus objetivos numa luta terrível e cotidiana contra seus opressores, que em muitos casos, possuem poder necessário para a descentralização do movimento. Essas contradições nos centros urbanos e os movimentos sociais ficam evidenciados quando Santos (2008) explana que:

O aprofundamento das contradições urbanas pode acirrar as pressões exercidas pelas camadas populares contra o Estado. Contudo, isso não significa que elas estejam, por se só, na origem dos movimentos sociais. A relação não é linear ou mecânica; se assim fosse toda situação de carência de serviço, de bens ou de infra-estrutura geraria uma reação de pressão que poderia, no limite, conduzir a transformações sociais. Graves problemas urbanos sempre existiram. Em muitos países Latino-americanos de desenvolvimento industrial igualmente tardio, o processo de crescimento econômico não foi ocupado de desenvolvimento social e, conseqüentemente, urbano. Em alguns caos, como em São Paulo ou em Bogotá, a situação piorou a partir da década de 1950. (SANTOS. 2008, p. 61).

As relações de trabalho nos centros urbanos são prioritariamente os que mais problemas sociais fazem aparecer. O desemprego é gerador de grandes desigualdades sociais, fonte inesgotável de objetivo para o surgimento de movimentos sociais, que buscam minimizar os impactos provenientes dessas realidades nos grandes centros urbanos e em quase todo o país. Ainda segundo Santos (2008, p. 62...) “as lutas urbanas não podem permanecer isoladas no âmbito da acessibilidade aos bens de consumo coletivo, a terra ou à habitação. É preciso relacioná-la ao empobrecimento proveniente das relações de trabalho”.

Os movimentos sociais urbanos têm que buscar nas experiências de outros movimentos, capacidade de articulação, mobilização e estruturação para manter por longos períodos lutas e objetivos que demonstrem capacidade de conseguir vitórias.

As lutas no contexto urbano necessariamente não pode em todos os casos serem considerados protestos ou verdadeiramente lutas, por variados pontos. Essa afirmação torna-se mais evidente nas palavras de Ammann (1991):

Tomamos como suposto básico que coletividade de caráter promocional não chegam a ser movimentos sociais se não tem corte contestatório, grupo de jovens que praticam esportes; clubes de mães que aprendem a costurar; analfabetos que aprendem a ler; obras assistências filantrópicas que se ocupam com a população carente; agricultores que buscam melhorar suas técnicas agrícolas são entidades de promoção, não de protesto. (AMMANN. 1991, p. 17)

Com essa visão fica ainda mais fácil diferenciar os movimentos sociais urbanos nas demais formas de participação social. É necessário analisar os objetivos de cada iniciativa para melhor determinar tipologia do movimento e caracterizá-lo.

As lutas e os movimentos foram ao longo do tempo modificando-se, gerando transformação na sociedade e nos centros urbanos, como enfatiza Santos (2008):

Durante a década de 1970, além das reivindicações e dos conflitos relacionados a exploração do trabalho e a espoliação urbana, muitos grupos se organizaram em torno de demandas de outro caráter, como o feminismo e o racismo (sobretudo em relação aos negros), procurando, tanto em um caso como no outro, colocar em cheque uma relação secular de subalternidade, exclusão e preconceito. Entretanto, deve-se ressaltar que, nesse período, os movimentos de maior visibilidade social e política foram os operário-sindicais e aqueles que mobilizaram os moradores da periferia pelo acesso à terra, à moradia e aos bens de consumo coletivo. (SANTOS. 2008, p. 87)

Os movimentos sociais urbanos desde sua implementação buscam direitos e cidadania aos seus militantes, envolvidos. Muitas vezes passam despercebidos a frenética dinâmica cotidiana das grandes cidades, o que não tornam-se impedimentos para assegurar combatividade a esses movimentos. Buscar impor objetivos coletivos contra o Estado, configura-se movimento popular urbano, dentro de novas ou antigas propostas conceituais, delineando questões urgentes, sem fugir ao princípio básico do enfrentamento e do questionamento, origem de todos os movimentos sociais urbanos.

Os movimentos sociais urbanos antes das greves dos metalúrgicos na década de 70, especificamente em 1º de maio de 1978, existiam como lutas fragmentadas com variados objetivos que não se aglutinavam em torno de uma luta, conseguiram mobilizar a classe trabalhadora em torno de lutas comuns, para conseguir melhores salários e uma menor jornada de trabalho e direitos sociais. Essas lutas despontaram em diversas indústrias e empresas em todo o país, fomentando uma organização classista para unir diversas categorias de trabalhadores em forma de uma causa, criando novas práticas de depressão social dentro das indústrias e empresas. (SANTOS. 2008).

Entretanto, os movimentos sociais urbanos tem como bandeiras de lutas a conquista do acesso integral aos Direitos Humanos, Políticos, Cívicos e Sociais. Portanto, essas lutas são contempladas quando os movimentos sociais em sua amplitude consegue adquirir esses direitos.

2.4 - MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

No processo de entendimento das diversas ideologias que permeiam os movimentos sociais rurais, tem base e fundamentação às desigualdades geradas pelo capitalismo, que delega aos mais empobrecidas, responsabilidade acima de suas condições, para produzir e manter a dinâmica mercadológica, extremamente concorrencial e excludente.

O homem do campo não possui, na sua grande maioria condições estruturantes de produção, estocagem e vendas dos seus produtos agrícolas. Nasce desse principio as grandes disparidades existentes, onde o grande produtor tem acesso a todos os benefícios e investimentos para continuar dono das grandes parcelas de terras, e produzindo em larga escala para os mercados internos e externos. O relacionamento entre camponês e a dinâmica capitalista, que explora seu trabalho o insere em novos contextos de desigualdades. Para Feliciano (2006) e alguns teóricos esse contato não é benéfico, ainda,

Segundo a compreensão desses teóricos, cada vez que o camponês se insere e mantém relações com o mercado capitalista, ele se descaracteriza e perde seu diferencial, que no limite acabaria por suprir sua produção natural. Essa inserção das relações capitalistas aconteceria principalmente pelo empréstimo e pelas altas taxas de juros, além do acesso e da dependência da mecanização, dos insumos agrícolas, dos agrotóxicos etc. Em seu ápice chegaremos ao seguinte cenário, por meio de duas classes sociais distintas: “Os camponeses ricos, que seriam os pequenos capitalistas rurais, e os camponeses pobres, que se formariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam. (FELICIANO. 2006, p. 22)

Nesse contexto de tratamentos desiguais sobreria ao pequeno camponês, ir para os grandes centros urbanos na busca de garantia mínima de sobrevivência, ou ficar e buscar trabalhar para esses grandes latifundiários.

Esses contextos desiguais geram constantes conflitos e os camponeses por vezes encontram-se no cerne da problemática, que somente encontra apoio e refugio em

movimentos sociais que lutam pela terra, mesmo tendo a opinião pública contrária e propaganda que marginalizam seus propósitos.

O capital tem o poder de reinventar-se para manter as desigualdades e a forma de produção irrigada com o sofrimento dos trabalhadores da terra. Nessa construção cotidiana de espaços e lutas os camponeses buscam desde muito tempo, conseguir minimizar os impactos desse sofrimento. Com base em Fernandes (2000); podemos observar que:

Em seu processo de formação os camponeses sempre enfrentaram os coronéis-latifundiários e grileiros, se opuseram ao Estado representante da classe dominante, que construí ditadura para manter seu poder, assim, a resistência camponesa manifesta-se em diversas ações que sustentam formas distintas e se modificam em seu movimento. São caminhos abertos e construídos no tempo e no espaço, e nessa marcha participam do processo de transformação da sociedade. Desde meados do século XX, novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária: as ligas camponesas, as diferentes formas de Associações e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Por essa razão, na lógica do modelo de desenvolvimento do país, sempre estiveram, mantidas e contidas, a luta pela terra e objeção do assalariamento. (FERNANDES. 2000, p. 32)

É notório que a concentração de terra nas mãos de poucos, ainda é uma realidade enfrentada pelos movimentos sociais rurais, porém os movimentos camponeses possuem variadas formas de protestar e encontram-se sujeitos aos mesmos problemas sociais que enfrentam a maioria dos movimentos sociais urbanos. Buscam melhorar a qualidade de vida de seus membros, e a sua inserção nos contextos decisórios do país para diminuir ou extirpar desigualdades sociais.

Nos variados momentos da nossa historicidade rural, oportunidade de se efetivar uma reforma agrária, foram muito poucos, governantes descompromissados com esse propósito criaram expectativa nos camponeses, que gerou muitos enfrentamentos e muitos morreram na busca de propósitos coletivos. Para Feliciano (2006) conclui-se que:

É por esse panorama que se configura e se contextualiza, sob nossa ótica, a discussão sobre a reforma agrária no país. Sendo conquistada aos poucos, pelas bordas, com muito sacrifício e perdas por parte dos camponeses e camponesas que compõem e fazem questão de se mostrar como uma classe social de extrema importância para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país. (FELICIANO. 2006, p. 57)

Com o advento da constituição cidadã de 1988, o processo de formulação das políticas de reforma agrária, transformou bastante os contextos de lutas e protestos dos movimentos sociais rurais, pois, esperava-se mudança no panorama das discussões, fato que não evitou massacres e assassinatos motivados pela terra, grilagem e invasões à latifúndios improdutivos e um resquício saudosista do tempo dos coronéis, onde o poder tratava na bala suas desavenças.

As lutas históricas pela posse da terra e os privilégios que os grandes latifundiários possuem, determinam as conversas nas mesas de negociação política ou ideológica, ainda segundo Feliciano (2006):

A ocupação da terra é atualmente a principal estratégia do movimento camponês na luta pelo acesso à terra. Assim, os camponeses sem-terra pressiona o Estado a dar resposta imediata para a resolução dos conflitos fundiários e implantar projetos de assentamentos rurais, como foi defendido por Fernandes (2001). Sob esse aspecto, o processo de reforma agrária esta sendo construído e conquistado por esses camponeses, em especial pelo MST. (FELICIANO. 2006, p. 61)

Os movimentos sociais rurais têm no Movimento dos Sem-Terra, sua bandeira mais representativa das lutas por melhorias, pois, o MST não busca somente o direito a terra, mais uma junção de outros variados benefícios aos seus militantes, que vão da saúde à educação, numa visão associativa e comunitária.

A ocupação de terras tornou-se no cotidiano a maior e principal estratégia dos movimentos sociais rurais, mesmo com todo o aparato utilizado pelos ruralistas latifundiários, Estado e alguns setores da sociedade, para desestabilizar os movimentos sociais rurais.

Para se manter no poder, a burguesia utilizou-se de diversas táticas de cisão, que foram das formas violentas às mais brandas, como por exemplo, o controle ideológico dos trabalhadores, da desorganização das massas. Todos possuíam estrategicamente um só alvo: desmobilizar, atenuar a luta de classes, “conciliar” o antagonismo inconciliável entre burguesia e proletariado. (STEDILE. 2002, p. 71)

Um arsenal de ameaças e perseguições caracteriza essa realidade das lutas e movimentos sociais rurais nos contextos políticos ideológicos, onde encontram-se inseridos esses movimentos nos seus embates cotidianos com o sistema.

As ações do governo para desmotivar os movimentos sociais rurais, desestabilizando-os contam com mecanismo que muitas vezes funcionam e criam uma apatia no cerne da estrutura desses movimentos, essas estratégias são projetos ligados a incentivos que formulam independência aos militantes que não mais precisariam dos movimentos, sindicatos ou entidades para conseguir terra ou outros benefícios. Sob esse aspecto Feliciano (2006) detalha da seguinte forma:

Mesmo demonstrando e denunciando a ineficácia e irregularidade das ações do governo, o movimento camponês perdeu o “encanto” obtido forçosamente nos meios de comunicação. Com relação ao cadastro no programa de acesso direto a terra pelo correio, todos os camponeses sem-terra decidiram preencher tal formulário. Segundo o Ministério do Desenvolvimento agrário (2001), cerca de 105 mil famílias foram pré-cadastradas. Somente no estado de São Paulo esse número chegou a 25 mil famílias. Até hoje não houve avanço algum nesse programa. As famílias estão em casa aguardando seu loteou acampadas lutando por sua terra. (FELICIANO. 2006, p. 79)

Além dessas investidas, o Estado busca aniquilar os movimentos sociais rurais, que em muitos casos procuram não associar-se a partidos políticos ou setores do governo,

para não perder suas características e identidade, forjadas nas lutas e protestos por objetivos que chocam-se com as políticas neoliberais do governo.

Os movimentos sociais rurais e as diversas lutas e protestos no campo foram forjadas nas inquietações das populações sofridas e excluídas das deliberações governamentais, porém essa luta, segundo Fernandes (2000) continuará enquanto esse panorama de desigualdades existirem, pois, ainda segundo ele, essas lutas encontram-se enraizadas em nossa historicidade.

“as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil. Os conflitos sociais no campo não se restringem ao nosso tempo. As ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), e por outros movimentos populares, são ações de resistências frente a intensificação da concentração fundiária e contra a exploração, que marcam uma luta histórica na busca contínua da conquista da terra de trabalho, a fim de obter condições dignas de vida e uma sociedade justa. São cinco séculos de latifúndio, de luta pela terra e de formação camponesa’. (FERNANDES. 2000, p. 25)

As lutas continuaram por algum tempo, pois, o governo não consegue modificar suas ações voltadas ao campo e a população desses contextos, não consegue também, priorizar ações voltadas à melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, os movimentos sociais rurais mantêm-se firmes no propósito de protestar e enfrentar as adversidades do capitalismo.

Os movimentos sociais rurais que acontecem desde a época do Brasil Colônia, foram aos poucos se organizando e mantendo lutas pontuais com objetivos locais, que buscavam desestabilizar a ação do Estado, mostrando-lhe que a situação do campo era desigual e excludente. No século XIX muitos foram os movimentos liberados por messiânicos e fanáticos religiosos, que possuíam grande poder de aglutinação de massas militantes de

causas espirituais, que buscavam na terra, sua sobrevivência e salvação, pagando muitas vezes com a sua própria vida. (GOHN. 2003)

Segundo Gohn (2003) somente anos depois neste mesmo século, alguns direitos foram conquistados e organizações auxiliaram ideologicamente a transformação desses movimentos rurais. Ela reforça essa ideia dizendo que:

“Após 1950 a população camponesa passa a ter o apoio de organizações partidárias de esquerda, através do partido comunista do Brasil, para se organizar e lutar por seus direitos. Também a Igreja Católica teve grande influência na organização popular no campo. Buscava-se entender ao campo os direitos adquiridos pelos trabalhadores urbanos: jornada de trabalho, férias, salário mínimo etc. A luta transcorria na busca da ordem institucional, embora os conflitos sempre tenham envolvidos grande dose de violência. As bandeiras da Reforma Agrária foram construídas naquele período. Alguns movimentos sociais tornaram-se famosos como as Ligas Camponesas no nordeste do país”. (GOHN. 2003, p. 141, 142).

As ligas camponesas espalharam-se pelo Brasil com propostas de reforma agrária baseadas em propostas semelhantes de outros países, trazidas por partidos políticos e pela Igreja católica, que vislumbram nesses movimentos uma oportunidade de voltar sua doutrina e ação aos pobres que cresciam em número nos campos e na cidade.

Ainda no século XIX, muitos movimentos foram surgindo no campo com variadas formulações, objetivos e ideologias, tais como Movimentos Populares da Zona Rural (MPZR); Comissão dos Atingidos por Barragens (CAB); Movimento de Mulheres no Campo (MMC); Movimento Indígena (MI). No século XX, muitos outros movimentos surgiram também no campo e nas cidades, dentre os mais famosos e abrangentes da zona rural, podemos destacar além do MST: Movimento de Arrendatários Rurais, Santa Fé do Sul (MAR); Movimento Paraná-panema (MP); Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER); Comissão pastoral da Terra (CPT); Movimento de Invasões de Terras na Fazenda Itupu (MIT); Movimentos dos Assentamentos Rurais (MAR). (GOHN. 2011).

Os movimentos sociais rurais procuram a reforma agrária para melhor distribuir a terra devoluta que encontram-se nas mãos dos latifundiários, cerca de 25.547.539 (ha) de área, muitas delas (anexo 1) encontram-se nas mãos de um único proprietário que muitas vezes não as usam para produzir nenhuma cultura. O governo que vêm de uma histórica proteção a essas pessoas, criando leis e reformulando algumas, no intuito de defender interesses e assegurar a manutenção do poder não consegue criar programas de reforma agrária consistente e voltada a realidades locais, atribuindo-lhe condições de continuidade e infraestrutura para que as famílias assentadas possam viver nessas terras. (GOHN. 2003).

Segundo Feliciano (2006) essa quantidade de terras nas mãos de poucos proprietários ainda é muito grande, fato que proporciona constantes lutas e invasões, o autor reforça ainda que:

É por causa de dados como esses – para a grande maioria da sociedade brasileira tratadas como escândalo e para os camponeses como a mais dura realidade vivida diariamente – que os movimentos sociais se mobilizam. É por um sentido junto que lutam pelo acesso à terra. É por isso que lutam, é por isso que morrem. Mas é também por isso que outros nascem. É por esse caminho contraditório que entendemos o desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo brasileiro. (FELICIANO. 2006, p. 32).

Os projetos e planos de governo para a reforma agrária ainda deixam a desejar, fato que aumenta ainda mais as tensões no campo. Dados do governo acerca dos projetos de Colonização e assentamentos, no período de 1965 a 1984, por região dão conta que: na Região Centro-Oeste foram beneficiadas 27.271 famílias; Norte foram 107.079 famílias; Nordeste foram 17.081 famílias; Sul foram 7.335 famílias; sudeste foram 3.702 famílias, totalizando 162.468 famílias beneficiadas nesse período. (FELICIANO. 2006)

2.4.1 - MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS FEMINISTAS

A partir dos anos do século XX as trabalhadoras rurais iniciaram grandes movimentações e encontros nacionais, onde se tentava além de conhecer diferentes contextos de desigualdades locais e regionais, as dificuldades que os movimentos sociais rurais feministas encontravam-se em diversas regiões para se organizar e atuar. Esses encontros e grandes reuniões possibilitavam conhecer e aprender acerca de novos caminhos e estratégias utilizadas. Segundo Teles (1999), esses encontros foram importantes na construção do feminismo rural brasileiro, pois, serviram como intercâmbio de experiências vividas nos contextos de enfrentamento. Ainda segundo a autora, os primeiros encontros foram cruciais para a evolução do movimento, cita também que:

“No III Encontro Feminista Latino Americano, camponesas brasileiras e peruanas puderam trocar suas experiências. O momento mais emocionante foi quando um grupo de peruanas subiu ao palco para falar da Marcha contra a fome, que percorreu várias regiões do Peru até chegar a Lima. As brasileiras, trabalhadoras rurais de Pernambuco e Ceará, ouviram silenciosas, procurando entender à língua e a luta daquelas mulheres de tranças, com cara de índias”. (TELES. 1999, p. 140).

As experiências que as participantes do encontro proporcionaram aos presentes eram em muitos casos, idênticas, fato que permitiu um maior entrosamento dos participantes, que puderam com intimidade discutir posicionamentos de enfrentamento dessas desigualdades e preconceitos.

A Confederação nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG tem em seus registros mais de 12 milhões de trabalhadores rurais, desse montante somente 40% são mulheres, na maioria dos encontros proporcionados no Brasil, tem como objetivos principais as seguintes bandeiras: saúde da mulher; previdência social; igualdade de condições de

trabalho; educação dos filhos; participação em sindical e infraestrutura para seus locais de trabalho no campo (TELES. 1999).

Nesses encontros as mulheres aproveitam para denunciar violências acontecidas com elas ou outras mulheres no campo, e corajosamente pedem reparação, segurança e punição aos culpados. Essa troca de realidades proporcionou conhecer as dificuldades locais e pontuais.

Teles (1999) aponta da seguinte forma algumas reivindicações, dos atuais movimentos sociais rurais feministas no país:

“Hoje elas reivindicam, pelo menos, a obrigatoriedade de se construírem galpões, com sanitários e um fogão, para que os trabalhadores possam ter um mínimo de abrigo, na hora do almoço e em caso de emergência. Mas sonham mesmo é com a reforma agrária. “Que a terra de quem é criado nela e sabe criar com ela”, é o que elas falam. “Se a gente pudesse morar na terra onde a gente trabalha a vida era melhor”. Não vamos precisar de comer boia-fria, os filhos estavam por perto e a gente sempre pode plantar para comer. Resolve assim o problema da nação, que é a falta de alimentos. Mas é necessário uma reforma agrária, com garantia de sementes, máquinas e produtos para tratar a terra. Tudo isso poderia se repassado aos trabalhadores rurais através de cooperativas, onde todos nós poderíamos coletivamente” (TELES. 1999, p. 141, 142).

As trabalhadoras rurais acreditam que somente com uma reforma agrária ampla e irrestrita e apoios estruturais, poder-se-á reverter à condição de pobreza no campo, trazendo benefícios que se generalizará para toda a nação.

Somente com o despertar da consciência política, as mulheres no movimento social rural, iniciou e continua o enfrentamento aos seus inimigos históricos – o preconceito e o latifundiário. Tiram forças de suas realidades distintas quando individualmente, idênticas no coletivo de suas lutas, em defesa de uma vida melhor para o povo brasileiro e principalmente para que a reforma agrária aconteça e efetive reais mudanças no quadro das desigualdades cotidianas (STEDILLE. 2002).

3 - ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST E DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS – MPA

A compreensão dos contextos onde se travam ou organizam-se as lutas pela terra, perpassa obrigatoriamente pelo entendimento da formação e distribuição do território nacional, dos projetos de reforma agrária instituídas desde o período colonial brasileiro, suas semelhanças, seus defeitos e suas desigualdades. No cotidiano o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores Rurais (MPA), representam qualitativamente a inserção dessa classe trabalhadora que historicamente enfrenta os latifundiários objetivando com ações articuladas entre política e organização da militância, proporcionar para esses trabalhadores, instrumentos de luta pela Reforma Agrária.

3.1 - ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

O Brasil é reconhecido como um dos países que mais concentra terra nas mãos de poucos, ou seja, os latifúndios, essas grandes faixas de terras também, são em muitos casos utilizadas somente como pastos para o gado e em outros não servem nem cultivam nenhum produto agrícola. Ao longo de vários séculos, essas concentrações de terras nas mãos dos latifundiários geraram e geram muitas lutas e enfrentamentos, em diversos segmentos da sociedade, nos campos políticos, ideológicos, rurais e urbanos, e tem no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST o maior representante da resistência do campesinato brasileiro. (FERNANDES. 2000)

Segundo Fernandes (2000), o MST tem como ideologia a luta para conseguir terras e infraestrutura como direito, tema que iniciou-se nos movimentos sociais ligados diretamente a Igreja Católica, com forte influência da Teologia da Libertação e da Comissão Pastoral da Terra – CPT, ele ainda reforça que:

“A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro-Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do movimento. Assim, a sua gênese não pode ser compreendida por um movimento ou por uma ação, mas por um conjunto de ações que duraram um período de pelo menos quatro anos”. (FERNANDES. 2000, p. 50)

Desse arcabouço de ideias e ações o MST, surge como uma proposta viável de enfrentamento ao sistema capitalista que insiste em investir em grandes latifúndios para a grande produção e a mecanização das lavouras, desempregando em escala numerosa a mão-de-obra desqualificada da região e do campo como um todo, trazendo um quadro de desigualdades sociais e pobreza.

Os camponeses que conseguem sobreviver com suas pequenas posses de terra, são obrigados a participarem de um mercado excludente e extremamente competitivo, transformando completamente o modo de produção dos participantes, que em muitos casos, vendem suas terras e partem para os grandes centros, vislumbrando melhorar suas condições de vida. O relacionamento mercadológico imposto pelo capitalismo no campo é complexo e requer cuidados interpretativos e conceituais, para que todo o processo de produção seja analisado corretamente.

Feliciano (2006) detalha muito bem essa relação complexa entre o capitalismo e o homem do campo, quando afirma que:

“Quando falamos de contradição existente no que se refere ao capitalismo no campo, entendemos que este estabelece relações de produção tipicamente capitalistas. Objetivando essa interpretação temos o boia-fria, os diaristas, os empregados rurais como expressão de uma relação de produção tipicamente capitalista, que desprovidos dos meios de produção, mas livres, vendem sua força de trabalho ao capital. Já no caso das relações não-capitalistas de produção, podemos citar produção camponesa, produção comunitária, produção coletiva, etc”. (FELICIANO. 2006, p. 24).

É necessário que se organize as lutas de enfrentamento dessa problemática, para que se consiga com méritos, conquistas e vitórias, pois, no campo ideológico o capitalismo mantém um aparato midiático que transforma e conduz a opinião pública contra os movimentos sociais e principalmente contra o MST.

Com a organização dos movimentos, o MST transformou seus acampamentos em núcleos de resistência e enfrentamentos das desigualdades, proporcionando mobilidade e estrutura para assegurar uma dinâmica rápida e capaz de ocupar terras em qualquer parte do Brasil.

A tática de ocupar, segundo Feliciano (2006) obedece inicialmente a seguinte ordem:

“A localização do acampamento define-se de acordo com o desenvolvimento da luta. No início das ocupações, principalmente na década de 1980 até meados de 1990, a primeira ação dos camponeses sem-terra era ocupar dentro da fazenda improdutiva ou devoluta. No entanto, geralmente, após a formação do acampamento, aparecia uma ordem de despejo movida pelos fazendeiros ou pelo Estado. Durante longo tempo manteve-se a prática da ocupação seguida por despejo em sucessivas vezes”. (FELICIANO. 2006, p. 110).

A organização enxuta e dinâmica do movimento MST configura-se em ações rápidas de montagem da ocupação, mobilização da militância ou, deslocamento dessa estrutura se necessário for, para melhor adequação do movimento as necessidades momentâneas da luta.

As fazendas quando são ocupadas pelo movimento, costumam ser palco de lutas ferrenhas entre fazendeiros e movimentos, pois, tais ruralistas buscam na justiça, forma para garantir sua posse, e o movimento tem que buscar articular-se e proteger o acampamento. Feliciano (2006), narra muito bem esse momento quando diz:

“a partir do momento em que as fazendas são ocupadas, logo aparece donos de direitos da terra, que de fato não tinham dono. E na maioria das vezes, ao lado do proprietária, surge os “seguranças” da propriedade. Assim, o impasse esta configurado, na fazenda que antes era improdutiva já se pode ver algumas cabeças de gado “brotou” repentinamente pelos pastos da fazenda, arrendatários iniciam contratos com os fazendeiros para assim desestimular e impressionar as famílias ocupadas. Esse ofício não serve para impedir a desapropriação da fazenda, e mais uma punição às famílias por “incitar a desordem” na região” (FELICIANO. 2006, p. 111).

Nesse contexto conturbado por ameaças é imprescindível que o movimento esteja unido e muito bem articulado e montado, pois, a persistência do movimento surtirá efeitos e a luta poderá trazer resultados benéficos a coletividade.

Estratégias protetivas devem pautar todas as ações do movimento, pois, normalmente antes assentamentos encontram-se afastados da cidade e a mídia não importancializa esses atos, relegando ao esquecimento essas ações, o que torna bastante perigoso a vida nos acampamentos. Essa organização de enfrentamento e estratégias de segurança são bem relatadas por Fernandes (2000), quando nos diz:

“A divisão do trabalho em todas as suas dimensões é condições fundamentais para a organização se desenvolver, incorporando cada vez mais novas pessoas, de acordo com suas aptidões. Com esse princípio, propiciaram a descentralização administrativa, sendo menos burocrático possível, mantendo autonomia de decisão para cada frente de luta. A disciplina é outro princípio lógico sem a qual não é possível construir uma organização. Essas regras foram elaboradas por meio do aprendizado das experiências históricas, tendo por base a prática da luta. Por essa razão, o estudo é outro princípio organizativo básico. Não basta dizer que a luta é justa, é preciso, aprender a lutar e fazer a luta”. (FERNANDES. 2000, p. 86).

Ficou explícita a necessidade de organização do movimento, para que se processe a continuidade das ações e se consiga obter mais vitórias que derrota. A organização da militância, com disciplina e estudo fará frente a um enfrentamento cotidiano e necessário, também conseguirá em tempo hábil, mobilizar estrutura suficiente para arrumar o acampamento, trazer a mídia para conhecer a verdade e explorar ao máximo as influências nos diversos setores onde possui infiltrados e representantes, assim como admiradores e simpatizantes que reforçam os objetivos da luta e conseguem manter financeiramente o movimento em todo o território nacional, agilizando também uma estrutura jurídica que assessora o movimento nas questões de posse junto ao Ministério.

3.2 - A LUTA PELA TERRA E SUAS CONQUISTAS.

O MST busca enfrentar as desigualdades sociais, existentes no bojo da dinâmica capitalista, oportunizando aos trabalhadores rurais, no caminho organizado e devidamente planejado de conquistas na reformulação agrária do país, porém, essa luta para dismantelar as ações opressoras dos grupos de latifundiários que tem ao seu lado grande parcela da sociedade, e detém grande parte dos meios de produção ou controlam as políticas e a economia nacional.

Fernandes (200) consegue em suas palavras explicar com exatidão, como o capitalismo consegue promover descontentamento e lutas que impulsionam o movimento, quando afirma que:

“Em seu desenvolvimento desigual, o modo capitalista de produção gera inevitavelmente a expropriação e a exploração. Os expropriados utilizam-se da ocupação da terra como forma de reproduzirem o trabalho familiar. Assim, na resistência contra o processo de exclusão, os trabalhadores criam uma forma política para ressocializarem, lutando pela terra e contra o assalariamento – que é a ocupação da terra. Portanto a luta pela terra é uma luta contra o capital. É a luta contra a expropriação e contra a exploração. E a ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários da terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classe”. (FERNANDES. 2000, p. 280).

As lutas do MST são especificamente de enfrentamento dos ditames do capitalismo no campo. Com os objetivos firmes: lutas pela reforma agrária; luta por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo. Essas lutas são cotidianas e focadas na organização das ações, promovendo preparo e condições para conseguir mesmo com o uso da força – se necessário – conquistar objetivos palpáveis.

Muitas vitórias foram conquistadas no movimento, com base na organização das ações da militância que se mobilizavam para auxiliar acampamentos em outras cidades, onde não possuíam condições de estruturar-se em tempo hábil, e capaz de atender as demandas dos militantes locais. Com essas atitudes o movimento se ampliou e foi capaz de atender diversas frentes de lutas.

As lutas do MST não diminuem quando se chega aos propósitos e conquistam a terra, Fernandes (2000) nos fala dessa continuidade da seguinte forma:

“A conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Os sem-terra foram aprendendo na caminhada que quem só luta pela terra tem na terra o seu fim. Perder o vínculo com a organização dos trabalhadores é cair no isolamento. É justamente a organização que abre caminho para o avanço da luta. Somente por meio de um forte movimento, os sem-terra transformarão a luta pela terra em luta pela reforma agrária. O caráter popular e o componente corporativo dimensionou o MST, qualificando a luta e dando um passo importante na construção da história da organização camponesa”. (FERNANDES. 2000, p. 85).

O objetivo final do MST é a luta, porém se não modificar também a estrutura sócio-política do país, onde o capitalismo já ocupa espaços e degrada as condições de vida do homem do campo, não se conseguirá avanços nessa conjuntura, se não houver também esse enfrentamento corajoso ao sistema, pois, os movimentos sociais rurais originam-se especificamente nessa necessidade de mudanças e alterações do quadro. (FELICIANO. 2006)

Para conseguir lutar com eficiência e liberdade ideológica o MST não trabalha vinculadamente a nenhum partido político e segundo Feliciano (2006), essa independência o torna único e forte:

“O caráter de não se prender a uma instituição, a um partido ou a um sindicato é o que explica a especificidade de movimento social do MST. O dinamismo e espontaneidade são próprios desse conceito, e o MST consegue, apesar de muitas dificuldades organizativas encontradas, internas e externamente apresentar essas características”. (FELICIANO. 2006, p. 90)

Ainda segundo Feliciano (2006), essa organização independente, mantém quadros administrativos que geram a dinâmica de sustentação e volume de lutas nos acampamentos que trazem as vitórias ao movimento. Ele também explica como acontece a funcionalidade desse sistema:

“Sua estrutura de organização é formada pela base, ou seja, pelos próprios assentamentos e acampamentos. Existem as coordenações/setores em cada assentamento ou acampamento. Os setores são criados de acordo com as próprias necessidades dos assentado-acampados. Em geral são: produção. Educação, saúde, finanças, comunicação, comunicação, frente de massa etc”. (FELICIANO. 2006, p. 90)

Para manter seus ideais e lutar por eles, o MST, mantém frentes extremamente organizadas e prontas a manifestar-se para conseguir lograr vitórias e conquistas, muitas vezes nesse enfrentamento cotidiano, a violência é uma presença constante, e em muitos casos pode acabar com a vida de muitas famílias e líderes do movimento, fato que impulsiona ainda mais a militância para o fim proposto.

Ainda tratando das frentes de organização do movimento, podemos citar Fernandes (2000):

“Desse modo, os princípios organizativos obedecem à lógica da forma em movimento, em que prevalece a ideia de processo participativo nas ações pela transformação da realidade. Assim, os sem-terra nunca tiveram um presidente. A sua forma de organização é composta por uma direção coletiva. Se contrapuseram criticamente às visões burocráticas; pelegas e mediadoras. Recuperaram a noção básica do avanço da luta através da participação e organização. Desse modo, sem sua forma não existe cargo de presidente, tesoureiro, secretário etc. esse tipo de estrutura facilitaria a repressão, seja do Estado ou dos latifundiários. Por essa razão, as instâncias de poder deveriam ser compostas por coletivos, nunca por cargos individuais”. (FERNANDES. 2000, p. 86)

Sem essa forma funcional seria complicado obter vitórias e bom desempenho frente às adversidades da luta, que rotineiramente exigem posicionamentos ágeis e focados nos objetivos, que sempre se pautaram na socialização dos resultados, porque é preciso não somente conquistar a posse da terra, mais impreterivelmente, construir condições tecnológicas apropriadas e que estas, promovam o desenvolvimento e a diminuição das desigualdades sociais existentes.

Segundo Feliciano (2006), o MST com o passar do tempo e das lutas ganhou experiências, conquistando a solidariedade de interessados em ajudar até mesmo financeiramente ao movimento, organismos internacionais também passaram a auxiliá-lo com infraestrutura, projetando-o a nível internacional, fato que articulou lutas conjuntas e vitórias em muitos assentamentos pelo país.

Atualmente são mais de 90 mil famílias vivendo em acampamentos nos muitos assentamentos, espalhadas por todo território nacional. Diversos tipos de pessoas e naturalidades distintas formam o tecido social de excluídos dos benefícios, propiciados pela dinâmica capitalista, porém, continuam vislumbrando no MST, sua oportunidade mais visível para alcançar a posse definitiva da terra e poder melhorar suas condições de vida.

A ocupação é talvez a única forma encontrada por essa massa de seres humanos, para sobreviver e enfrentar as adversidades impostas pelo capitalismo, que cotidianamente os distanciam da posse da terra e da melhoria de vida. Quando se observa os camponeses por essa ótica, ficam explicitado que estes são sujeitos que podem criar e modificar suas vidas, lutando no conjunto do movimento contra seus adversários históricos: O Estado, os latifundiários e o sistema capitalista. (FELICIANO. 2006)

Os assentamentos funcionam como motores da economia agrícola do pequeno produtor rural, produzindo em quantidades menores, produtos como: arroz, feijão, frutas, hortaliças, tais produtos são repassados para cooperativas formuladas para repassar o modelo e vender os produtos desses assentados nos mercados consumidores. A forma coletiva de produção é característica do movimento. Com a posse da terra o assentado consegue transpor de uma vez problemas sociais, pois, a organização do movimento oferece um trabalho conjunto com órgãos, entidades e assentados: trabalho, casa, escola alimentos, direitos negados cotidianamente pelo sistema.

Segundo Fernandes (2000), é no acampamento que se inicia a formação do que se vislumbra para depois da posse, e ser acampado é participar coletivamente dessa luta, ainda segundo o autor:

“Ser acampado é ser sem-terra. Estar no acampamento é resultado de decisões tomadas a partir de desejos e de interesses, objetivando a transformação da realidade. O acampado é o sem-terra que tem por objetivo ser um assentado. São duas categorias em uma identidade em formação”. (FERNANDES. 2000, p. 293)

Os movimentos que trabalham para conquistar a terra, para os excluídos do sistema agropecuário, dependem que o Estado promova políticas nacionais, que contemplem a produção e a venda dos produtos de assentamentos, promovendo uma política séria de reforma agrária, dando definitivamente a terra, sua função social. Para esse fim o acampamento é o princípio gerador dessas transformações no campo.

Como afirma Fernandes:

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação. É uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de luta e de resistência. Assim sendo, demarcam nos latifúndios os primeiros movimentos do processo de territorialização da luta. As ações de ocupar e acampar interagem os processos de espacialização e territorialização. Podem estar localizados dentro de um latifúndio ou nas margens de uma estrada, conforme a conjuntura política e a correlação de forças também podem ser a primeira ação das famílias ou podem ser a reprodução dessa ação por diversas vezes. (FERNANDES. 2000, p. 293)

Os assentados reproduzem na terra o que aprendem no acampamento, cultivando-a numa visão agrícola de produção familiar que centrará seus objetivos na socialização cooperativa de sua produção, buscando a resolução de problemas comuns a todos os

assentados. Segundo Feliciano (2006), muitas das decisões e objetivos são firmados no momento na divisão das terras do projeto de assentamento. Ele afirma ainda que:

“Os projetos de assentamentos rurais, quando começam a ser implantados, necessitam legalmente de auxílio de técnicos do governo para sua elaboração. Nesse momento, é possível reivindicar os créditos de financiamentos, produção, infraestrutura etc. a decisão com relação à forma e ordenamento territorial do assentamento deve contemplar os anseios da comunidade envolvida, sendo, portanto nessa ocasião que as idealizações, os sonhos e conflitos, muito discutidos no acampamento devem ser colocados em prática”. (FELICIANO. 2006, p. 115)

Os assentamentos caminham na busca das realizações dos seus objetivos e sonhos comuns, melhorando a qualidade de vida de seus assentados. É crucial que essas realidades possam ser frequentemente analisadas para melhorar a participação coletiva a socialização dos resultados.

A preocupação dos assentados, também busca melhorar as formas de produção, utilizando-se muito pouco de agrotóxico, visando na produção orgânica, visa aculturar os assentados numa produção que defenda e respeite o meio ambiente, criando bases científicas para a sustentabilidade dos projetos, crendo na interiorização da agroindústria a saída para o escoamento da produção para os mercados internos e externos, proporcionando renda e empregabilidade para as famílias assentadas.

4 - O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS NO MUNICÍPIO DE GARARU-SE

Os movimentos sociais têm como fundamentação ideológica uma reforma agrária no campo, são em sua grande maioria construída com muito esforço e muitas vidas perdidas, pois a hegemonia dos grandes latifundiários constrói em torno do seu poder um aparato de defesa nas variadas instituições do governo, nos partidos políticos, na justiça que utilizam para perseguir e punir quem atrevesse a descumprir os ditames do capitalismo que apontam nos grandes latifúndios.

Em Sergipe especificamente na cidade de Gararu, não seria diferente, os movimentos sociais rurais são pautados pela cotidiana luta contra o sistema opressor que criminaliza tais movimento, jogando a mídia e a sociedade contra tais incentivos, porém o enfrentamento e organização desses movimentos tem superado as adversidades encontradas no caminho das construções sociais da cidadania no campo.

4.1 - QUESTÃO AGRÁRIA EM SERGIPE

As lutas sociais e os movimentos direcionados principalmente as questões do campo em Sergipe ao longo de vários anos iniciou-se com a distribuição das sesmarias que serviram no processo de colonização do país, onde a região do estado de Sergipe inclui-se, e foram utilizados principalmente no estado para a criação de gado e a plantação de cana, com o uso ou não de escravas, fato que incrementou grandes desigualdades, dando inicio as primeiras manifestações de desconforto com a situação, primeiro foram os índios, depois os escravas e posteriormente os trabalhadores rurais. (MEDEIROS, 2007).

Essas lutas Históricas por terra, sempre foram marcadas pelo descaso do governo e perseguições diárias com extrema violência em Sergipe e em todo Brasil, esses movimentos sempre foram criminalizados em suas ações por conquistas de direitos, porém durante muitos anos nada se fez para melhorar a qualidade de vida dos homens e mulheres do campo, fazendo projeto de reforma agrária que viabilizasse a utilização de terra agricultáveis no país e em Sergipe. A reforma agrária entrou na pauta nacional somente depois da luta politizada, invasões e ocupações de terras pelos movimentos sociais. Segundo (Canuto, 2010), as ações dos movimentos buscam chamar a atenção mobilizando a opinião pública para os movimentos.

Ainda segundo Canuto somente em 1999 mudou-se o perfil dos movimentos no campo:

“O governo Fernando Henrique, para conter a pressão crescente dos movimentos por Reformar Agrária, editou Medidas Provisórias que criminalizavam as ocupações. Com isso, seu segundo mandato, conseguiu que essas ações sofressem refluxo. De 593 em 1999 caíram para 390, em 2000, 194, em 2001, chegando a 184 no último ano de seu governo”. (CANUTO. 1999, p. 142).

Essas mudanças ou expectativas de mudanças enfraqueceu as ações dos movimentos que já encontravam dificuldades em mobilizar militância para conseguir viabilizar suas ações de ocupação.

Em Sergipe a busca por ações que melhorassem a vida das pessoas do campo e melhor definissem as ocupações de terras produtivas ou não, para fins da Reforma Agrária passaram muitos anos suas lutas que representassem grandes avanços no campo, porém desde o período de FHC as lutas mantiveram-se organizadas por todo Estado, somente no ano de 2008 possui dois acampamentos, que manifestavam-se na região para a posse definitiva da terra (Canuto. 1999).

Com o governo de Lula aumentaram ainda mais as expectativas de uma reforma agrária ampla e irrestrita em Sergipe, pois, a quantidade de terra é menor que em várias outras regiões e estados, porém o crescimento desses movimentos foram mais sentidos no norte e no sul do oeste do Brasil, e novamente o Estado de Sergipe pouco se mobilizou. Esses dois movimentos no Estado teve apenas 3 mil pessoas mobilizadas, segundo a CPT, fato que desmotiva os movimentos, que encontravam-se devidamente organizado no Estado.

Esses movimentos que aconteceram nesse período, nenhum deles em Sergipe foram de outras categorias, somente homens e mulheres do campo promoveram passeatas e reivindicações peça melhoria da qualidade de vida, respeito e direito, as demais categorias foram omissas ou não encontraram-se devidamente representados.

4.2 - HISTÓRICO DO MST EM GARARU

De acordo com o relatório enviado pelo Coordenador do MST do município de Gararu, que nos possibilitou a compreensão e a apreensão da formação do movimento na região, permitiu-nos relatar o histórico do MST da seguinte maneira:

São históricas as lutas pelas terras no Nordeste brasileiro, especificamente no Estado de Sergipe, porém o lócus da pesquisa foi o Município de Gararu/Se, distante da capital Aracaju 161 km, com uma área de 649,9 km², a sua participação na área do Estado é de 2,95 %. O município localizado às margens do Rio São Francisco, com um clima predominantemente semi-árido e índice pluviométrico que aumenta nos períodos de chuva, nos meses de Abril até Agosto, período frequentemente utilizado para o plantio do milho, mandioca, melancia, feijão e outras pequenas culturas. Além dessas atividades agrícolas, a pesca e o plantio de hortaliças irrigadas, também fazem parte da produção em pequena escala.

A cidade possui mais de 11.458 habitantes, sendo que 40 % dessa população habitam na zona urbana da cidade e 60% na zona rural, distribuídas em 35 povoados.

O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST na cidade de Gararu, instalou-se e iniciou seu trabalho de conscientização política e militância no ano de 1986, data também que iniciou o primeiro movimento da luta pela terra, ocupando a fazenda Monte Santos, com cerca de 120 famílias de Trabalhadores Rurais, que vieram de cidades circunvizinhas: Porto da Folha, Graccho Cardoso, Nossa Senhora de Lourdes, Itabi e da própria Gararu. (BRASIL. 2010)

Segundo Joceí Francisco coordenador do MST em Gararu:

“Nesse período foram muitos embates entre os agricultores sem terras e os jagunços contratados pelo fazendeiro que também solicitou reforço policial, que prendeu e agrediu muita gente, fato que repercutiu em todo o Estado”.

Os trabalhadores Sem-terra enfrentaram e persistiram e segundo Joceí Francisco, no ano de 1991 a fazenda foi desapropriada e utilizada para fins de reforma agrária, decretada a posse pelo o governo federal tendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, como mediador, que passou as mãos, dos trabalhadores a terra, tendo como documento o contrato de concessão de um ano. Ainda segundo Joceí Francisco:

“Nesta época o preconceito da sociedade local e regional com esse tipo de ato era forte, tanto que duraram nove anos para o movimento pudesse se reestruturar e buscar novas invasões e ocupações de terras improdutivas na região de Gararu”.

O forte preconceito jogava constantemente a sociedade local, contra qualquer ação do MST, fato que prejudicou o movimento e suas estratégias e ações, levando os fazendeiros

locais a contratarem jagunços para impedir qualquer iniciativa do MST, fazendo uso da violência se necessário fosse.

A segunda ocupação da terra na região de Gararu aconteceu no ano 2000 e foi na Fazenda Arrastados, fato que não causou tanta polêmica, pois, a população já entendia os propósitos do MST e certas partes, concordavam com a desapropriação de terra devoluta, segundo Joceí Francisco.

A terceira ocupação de terra pelo MST em Gararu ocorreu na Fazenda Ponta Grossa, três meses após a ocupação da fazenda Arrastados, fato que propiciou o crescimento e uma estruturação maior do MST na região, formando as bases para a criação da sua primeira Secretaria Regional do MST no Alto Sertão, situada no município de Poço Redondo, coordenada por militantes de todos os municípios sertanejos, sendo o município de Gararu representado por Joceí Francisco dos Santos.

Somente em 18 de agosto de 2003 sai o decreto de emissão de posse para as 13 famílias que foram persistentes, no movimento de luta pela terra na Fazenda Ponta Grossa. Fato que também solicitou a saída do decreto de emissão de posse para os assentados da Fazenda Arrastados em Gararu, em 13 de novembro de 2003, onde 11 famílias foram beneficiadas.

A próxima ocupação de terra pelo MST na região de Gararu, estado de Sergipe aconteceu ainda em 2002 e 2003 na Fazenda Morcego, durando apenas um ano, logo saindo o decreto que beneficiou 98 famílias de agricultores. Na opinião de Joceí Francisco dos Santos:

“O campo foi ficando mais produtivo e diversificado, trazendo além da renda para as famílias assentadas, alimentos para as feiras e para as mesas das famílias que produzem nos assentamentos”.

Essa melhoria que aconteceu na produção desses assentamentos proporcionou o aparecimento de novas lutas pela terra na região, beneficiando diversas famílias inseridas no movimento.

Em 2004 foram realizadas diversas iniciativas de ocupações nas áreas do município de Gararu, sendo as mais destacadas as das seguintes fazendas: Fazenda Aroeira; Fazenda Lingua do Boi; Fazenda São Luiz; Fazenda Beleza; Fazenda bela Vista; Fazenda Larginha; Fazenda Várzea; Fazenda São Vicente e Fazenda Jaramataia. Destas fazendas somente algumas já foram beneficiadas com decreto de posse, segundo a coordenação do MST-Local, são elas: Fazenda Aroeira com 16 famílias; Fazenda São Vicente com 05 famílias; Fazenda Jaramataia com 21 famílias. Ainda segundo a coordenação do MST, as demais fazendas continuam invadidas e as reivindicações das famílias ainda persistem. As famílias que já foram assentadas, segundo Joceí Francisco contribuem para a diminuição das desigualdades sociais:

“As famílias estão construindo suas vidas, produzindo agricultura familiar. Com isso a economia no município já demonstra melhoria reduzindo a pobreza e produzindo mais alimentos, imposto e renda. Estas famílias hoje tem moradia digna, assistência técnica razoável focada na produção”.

Toda a produção dos assentamentos na região, segundo a Coordenação do MST são direcionadas a feiras locais, diversificando bastante os produtos oferecidos. Ainda segundo o MST, a produção dos assentamentos se concentra nos seguintes produtos agrícolas e pecuário: leite, queijo, milho, feijão, farinha de mandioca, abobra, melancia, quiabo, inhame e feijão de corda. Lembrando ainda que o excedente da produção é vendido em outras regiões do Estado.

A Coordenação do MST na região confirma a existência e funcionalidade dos seguintes assentamentos: Nova esperança com 40 famílias; assentamento Flor da Índia com 11 famílias; assentamento Maria Vitória com 13 famílias; assentamento Cachoeirinha com 98 famílias; assentamento Josenilto Alves com 16 famílias; assentamento Apolônio de Carvalho com 05 famílias; assentamento Sepetiaraju com 21 famílias. Informou também os nomes dos acampamentos no aguardo de decisões do INCRA: Acampamento Carlos Mariguela – Fazenda Beleza; Acampamento Seguidores de Canudos – fazenda Várzea; Acampamento Nossa Senhora Aparecida – Fazenda Larginha; Acampamento José Ermídio – Fazenda Lagoa do Boi; Acampamento Edenilton Alves – Fazenda Bela Vista; Acampamento Mario Lago – Fazenda Luiz.

5 - CONCLUSÕES

Os movimentos sociais e as lutas por melhorias na violenta estrutura do modo de produção capitalista, como em qualquer país subdesenvolvido e dependente, podem ser explicados a partir da estrutura de classes e as relações entre classes sociais. Os movimentos sociais estariam então ligados às relações de produção e atingiria essencialmente o conjunto dominado (proletariado/trabalhador). O proletariado, predominantemente urbano, submetido à violência permanente do modo de produção capitalista. Alguns autores citados no trabalho chamam esta resposta dada por esta parcela da população de “movimento de resistência”, por trazer implícita uma aspiração por mudança social. Esta leitura, claramente de base marxista, vê na deterioração crescente das condições de vida e de trabalho do proletariado um fator preponderante ao se buscar a(s) causa(s) da existência dos movimentos sociais. Em situação de miserabilidade, não resta alternativa de ter suas necessidades satisfeitas, então unem-se em movimentos sociais, onde encontra diversas pessoas com o mesmo problema, com o mesmo objetivo.

Diante da falta de oportunidades, unirem-se em movimentos sociais seria o único recurso disponível para garantir direitos e a sobrevivência individual ou mesmo da família. Por esta lógica, sem uma natureza dada, agressiva, violenta, o sujeito acaba sendo fruto das relações sociais estabelecidas na sua existência. É fácil entender por que não devemos nos surpreender diante da falta de interesse em estudos a respeito dos fatores que desencadeiam ou estimulam o surgimento dos movimentos sociais. Tais pesquisas evidenciaram algumas contradições que abalam os ruralistas e latifundiários, e este abalo não é de interesse das elites, do que se situam em posição confortável.

As várias teorias, com enfoque marxista e sociológico exposto, ressaltam a importância de se compreender os movimentos sociais como algo intimamente ligado às relações sociais desiguais que a maioria da população estabelece e ao contexto de desigualdade e exclusão do capitalismo onde essas pessoas encontram-se inseridas. Mas do que dar conta de explicar os movimentos sociais como um fenômeno de forma isolada, parece coerente que elas sejam pensadas de forma articulada e combinada; só assim, poderão dar conta de explicar algo tão complexo e multifacetado. Reiterando: O movimento social não pode ser compreendido isoladamente, ele constitui um elemento entre muitos outros na cena social.

Ficou notório nesse trabalho, que os movimentos sociais são fruto das necessidades da população, seja ela rural ou urbana, que impulsionadas pela exclusão gerada pela política capitalista, buscam conjuntamente construir formas capazes de suportar e enfrentar, as adversidades geradas pela dinâmica das estruturas mantenedoras do capitalismo. Nesse enfrentamento as experiências são muitas, às vitórias nem tanto, porém, a socialização das conquistas é fator preponderante para a manutenção dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais no campo ou nas cidades representam a forma mais clara de descontentamento da sociedade excluída, para com essa dinâmica aterradora das desigualdades, geradas pelo capitalismo. Esses movimentos sociais representam muito bem as necessidades das famílias urbanas e rurais, que não conseguem sozinhas superar os obstáculos e tendenciam a marginalizarem-se nas favelas dos grandes centros urbanos. Fugir a essa realidade é objetivo maior das famílias que se unem em lutas e movimentos sociais, que buscam priorizar a coletividade e o bem comum.

Ideologicamente ficou evidente que esses movimentos sociais buscam nos princípios marxistas conceituar estruturalmente o capitalismo e seus princípios sociopolíticos,

para melhor preparar sua militância, para o enfrentamento e o entendimento dos propósitos, conhecer os princípios da vida cooperativa e da luta conjunta, para melhor direcionar as conquistas.

Percebeu-se também, que os acampamentos do MST são organizados, para melhor agilizar as iniciativas de invasão, possuem funcionalidade setorizada por grupos que definem todas as estratégias de enfrentamento, mantendo o controle de todas as ações definitivas. A assertividade das ações do movimento dependerá da união do grupo e da persistência na atitude de invadir e dominar.

A reforma agrária nos moldes desejados pelos movimentos sociais é utópico para que o Estado cumpra, pois, não é desejo dessa estrutura capitalista de poder dividir ou repartir nada com ninguém. Diversas foram as tentativas de reforma da territorialização agrária do país ao longo de mais de quatro séculos, porém, as iniciativas foram sempre contraproducentes, gerando somente expectativas na população que cansou de lutar sozinho e buscou nos movimentos sociais alternativas de enfrentamento e conquistas para a efetivação da melhoria de suas vidas, buscando no assentamento o cumprimento da função social da terra.

Concluimos nossas análises acreditando que os movimentos sociais, representam categoricamente a iniciativa conjunta da população excluída, que necessita, urgentemente, agregar-se para construir possibilidades de enfrentamentos dos ditames do processo capitalista de produção, onde a recusa do Estado em assumir suas responsabilidades sociais, aumentam as desigualdades sociais e exclusão, daqueles que se encontram a margem da maior produção. O Estado capitalista persegue e utiliza-se da mídia para criar uma imagem negativa para esses movimentos, colocando-os como iniciativas marginais e fora da lei.

No estado de Sergipe os movimentos sociais concentram-se nas lutas pela terra, porém ainda se debatem em conflitos locais, onde o MST possui uma organização de suas ações, mobilizando sua militância que especificamente na cidade de Gararu centram-se na conquista da posse definitiva de assentamentos que fizeram a historicidade do movimento na região, que busca mobilizar também a opinião pública na tentativa de fazer conhecer as desigualdades ainda existentes no campo e na cidade de Gararu.

Necessário se faz, que nós enquanto profissionais do Serviço Social, auxiliemos a desmitificar os conceitos negativos que em muito tem definido esses movimentos sociais, que buscam coletivizar as condições de vida de sua militância, parte esquecida à muito pelo Estado que insiste em manter princípios burgueses, geradores de desigualdades sociais. A luta é também nossa, pois, encontramos-nos envolvidos e inseridos enquanto profissionais, nesses contextos de desigualdades, e devemos mediar e intervir para auxiliar nas conquistas que esses grupos conquistarão.

Diante do exposto, ouve-se bastante de dificuldade na elaboração deste trabalho, pois, não foi possível realizar as entrevistas que serviriam para complementar os tópicos relacionados ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST no município de Gararu, especificamente as mulheres que militam neste movimento.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: O ponto de vista Marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: raízes e significados de uma distinção política**. São Paulo: editora da UNESP, 1995.

BRASIL/IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, 2010.

CANUTO, Antônio. **Conflitos no campo Brasil 2009**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde: A reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Monçano. **A formação do MST no Brasil**. Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GARCIA, Regina Leite. **Aprendendo com os Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. 3º edição. São Paulo: Atlas, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da Cidadania dos Brasileiros**. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos movimentos Sociais**. São Paulo: ed. Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 2º ed. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Os Sem-Serra, ONGs e Cidadania**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GUTIÉRREZ, Rachel. **O Feminismo é um humanismo**. Rio de Janeiro: Edições Antares; Nobel, 1985.

LIBERATO, Ana Paula Gularte. **Reforma Agrária: Direito Humano Fundamental**. Curitiba: Ed. Juruá, 2009.

LUSA, MailizGariboltti, **Lutas Sociais no Campo e Políticas Públicas: Do Cotidiano, a construção de identidades e a conquistas de direitos pelas mulheres camponesas**, 1ª Ed. Maceió/AL: Editora UFAL, 2011.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MEDEIROS, Celme Farias. **Sergipe: História e Geografia**

STEDILE, João Pedro. **História das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve histórico do feminismo brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1999.